

NOTA À ASSEMBLÉIA

Ao analisarmos as deliberações das assembleias sobre a suspensão ou não da greve, e o documento elaborado pelo CNG, ficamos cada vez mais convictos de que a avaliação feita anteriormente estava correta.

As diversas entidades que aprovaram a continuidade da greve se basearam em motivos diversos, o que demonstra uma falha na leitura do momento e em qual greve estamos inseridos.

Falta de garantia por parte do governo para sustentar a proposta, resolução do VBC ainda em 2005, implantação imediata da racionalização, vale alimentação, plano de saúde, entre outros, foram apontados como pauta a ser vencida. Além disso, algumas entidades se mantêm em greve por pautas internas.

O documento do CNG, em seu quarto item, afirma: "Só se efetivam as propostas depois de negociadas entre Governo e CNG, contendo no termo de acordo os desdobramentos da negociação, bem como instrumento jurídico acompanhado de acordo de líderes para votação e o termo de acordo é avalizado por Andifes e parlamentares". Essa reunião já ocorreu e o Governo já afirmou a proposta de implantação da segunda etapa do enquadramento, bem como a não absorção do VBC na tabela de janeiro de 2006.

Essa é, portanto, uma etapa já vencida, e que deveria implicar na assinatura do termo de compromisso e o restabelecimento da mesa de negociação.

Os demais pontos de nossa pauta de reivindicação só podem ser discutidos dentro da mesa de negociação, pois a Fasubra ainda não tem fechada qualquer proposta para colocar na mesa de negociação, seja ela em greve ou não.

Os estudos elaborados pelo GT CARREIRA para a solução definitiva do VBC, ainda não foram discutidos nas bases e necessita da realização de seminários para escolha da melhor proposta.

A racionalização dos cargos não está concluída. O GT CARREIRA ainda precisa finalizar alguns ambientes, promover discussões nas bases e aprovar a racionalização em uma plenária, ou comando de greve ampliado.

A segunda etapa do enquadramento precisa da definição dos percentuais a serem aplicados. A base apresentou propostas que alteram os anexos IV e V, e que ainda não foram discutidos no GT, como por exemplo, a igualdade de tratamento para a titulação independentemente do nível de classificação.

Além disso, existe um conflito entre o texto da lei e o anexo IV sobre a aplicabilidade ou não do incentivo à qualificação para os cargos que estão hieriquizados em níveis de classificação acima daquele em estaria inserido se considerado apenas a escolaridade. Exemplo: vigilante, cuja a exigência de ingresso é primeiro grau e está locado no nível de classificação D, que por sua vez tem exigência de segundo grau completo mais curso técnico. Caso esse vigilante tenha o segundo grau, ele faz ou não juz ao incentivo?

Toda essa tramitação demanda tempo, seguramente superior a sessenta dias, o que reforça a tese de que não temos uma proposta para negociar, em greve, com o Governo.

A leitura que se faz hoje é de que, mais do que nunca, é preciso garantir a proposta feita pelo Governo e tentar ampliá-la na mesa de negociação.

A insistência na greve pode culminar com o recuo do Governo e a retirada daquilo que já foi proposto. Esse é um risco iminente e que poderá custar muito à categoria.

A proposta de não absorção do VBC não resolve o problema definitivamente, mas, pelo menos, garante a mais de 52 mil servidores a possibilidade de ter algum reajuste em 2006. E com o estabelecimento da mesa de negociação, abre-se espaço para discussão de propostas que poderão eliminar definitivamente o VBC. Para tanto, precisamos definir calendários de discussão na base das propostas já apresentadas em plenárias.

É preciso que a categoria seja ouvida e tenha o entendimento dos riscos de rejeitar tal proposta.

ORIENTAÇÕES PARA AS BASES

1- Reafirmar a necessidade da suspensão unificada da greve, com:

a) assinatura de termo de compromisso entre MEC e FASUBRA, garantindo a implantação da segunda etapa do enquadramento, tomando por base os valores máximos dos anexos; não absorção do VBC na tabela de janeiro de 2006; abertura imediata da mesa de negociação para os demais itens da pauta.